

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 078

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 07 DE JUNHO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH
1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO
2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI
1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI
2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME
3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES
4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA
5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Algaci Tulio</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 09: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 09: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PPS - 02: Marcos Isfer - Cezar Silvestri; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 54ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
07 DE JUNHO DE 2001**

(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Cesar Seleme e Nelson Garcia.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaúcho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1819

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER,

após ouvido o douto Plenário, a retirada por 10 sessões do Projeto de Lei nº 168/2000, item 07, em 2ª discussão, de autoria do nobre deputado Antonio Baratter, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 07.06.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1816

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de voto de pesar pelo falecimento do Senhor Defende Semprebom, ocorrido no dia 02.06.2001, em Ibiporã, e que seja comunicado à família.

Sala das Sessões, em 07.06.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1817

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de voto de pesar pelo falecimento do Senhor Ângelo Barbieri, ocorrido no dia 02.06.2001, em Ibiporã, e que seja comunicado à família.

Sala das Sessões, em 07.06.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1818

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de voto de pesar pelo falecimento do Senhor João Serapião, ocorrido no dia 02.06.2001, em Ibiporã, e que seja comunicado à família.

Sala das Sessões, em 07.06.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1832

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família enlutada da senhora Olga Slaviero Quadros, membro de família tradicional da sociedade paranaense, residente no município de Curitiba, falecida no último dia 1º de junho de 2001.

Peço enviar cópia à família enlutada, na Rua Olavo Bilac, 67 Curitiba/PR- CEP 80440-040.

Sala das Sessões, em 07.06.2001.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES
FERNANDO RIBAS CARLI

REQUERIMENTO Nº 1808

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção na Ata dos trabalhos, de votos

de congratulações à cidade da Lapa, através do seu prefeito Paulo César Furiatti, pela comemoração dos 232 anos de existência.

A cidade da Lapa, reconhecida nacionalmente como a cidade onde aconteceram fatos importantes de nossa história, é parte do roteiro turístico cultural e tem uma população generosa e acolhedora.

Requer, também, seja enviado expediente ao senhor Prefeito Municipal da Lapa, comunicando a decisão do Plenário.

Sala das Sessões, em 07.06.2001.

(a) RENATO GAÚCHO

REQUERIMENTO Nº 1809

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção na Ata dos trabalhos de votos de congratulações ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Senar-PR, na pessoa do presidente do Conselho de Administração, senhor Ágide Meneguette, pelo Programa Agrinho.

O Senar-PR além da formação profissional do trabalhador rural idealizou o Programa Agrinho, voltado às crianças e ao jovem na escola com o objetivo de transformar a vida no campo.

A leitura atenta do livro Programa Agrinho- Uma História de Resultados, nos deixa otimista quando vemos documentados resultados do trabalho sério executado pelo Senar-PR.

Requer, outrossim, que após a decisão do Plenário, seja enviado expediente ao seguinte endereço: Rua Marechal Deodoro, 450- 14º andar - CEP 80.010.910.

Sala as Sessões, em 07.06.2001.

(a) RENATO GAÚCHO

REQUERIMENTO Nº 1810

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção na Ata dos trabalhos de voto de louvor à empresa Leão Júnior & Cia, parabenizando-a pelos 100 anos de atividades.

Na era da globalização em que os traços originais dos países estão desaparecendo, a comemoração de um século de atividades econômicas empregando gente e matéria-prima merece reconhecimento de todos nós.

Sala das Sessões, em 07.06.2001.

(a) RENATO GAÚCHO

REQUERIMENTO Nº 1811

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção na Ata dos trabalhos, de voto de congratulações à Emater-PR, que em vinte de maio de dois mil e um, completou quarenta e cinco anos de traba-

lho na área de extensão rural oficial do Paraná, pela comemoração da data e pelo excelente material de divulgação de suas atividades.

Sala das Sessões, em 07.06.2001.

(a) RENATO GAÚCHO

REQUERIMENTO Nº 1812

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção na Ata dos trabalhos, de voto de congratulações à direção da Unisep - União de Ensino do Sudoeste do Paraná, Dois Vizinhos, cumprimentando-a pelo início das atividades naquele município.

É sempre bem-vinda a instalação de uma instituição de ensino. A sua existência faz crescer a esperança de melhores condições de vida. O município de Dois Vizinhos e toda a região Sudoeste do Estado do Paraná, certamente estão em festa para inauguração da Unisep.

Sala das Sessões, em 07.06.2001.

(a) RENATO GAÚCHO

REQUERIMENTO Nº 1814

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de louvor ao doutor Edécio Marques dos Reis, diretor do Departamento de Produção Vegetal da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, pelo destacado trabalho que vem desenvolvendo na direção daquele departamento municipal.

Sala das Sessões, em 07.06.2001.

(a) CUSTÓDIO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O Departamento de Produção Vegetal da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, tem como atribuições, entre outras igualmente importantes, a recuperação de áreas denominadas Fundo de Vale, mediante a restauração ou o replantio da vegetação nativa e/ou apropriado ao local, preservando o meio ambiente em prol da melhoria das condições de vida do povo, principalmente daqueles que residem nas imediações.

Nosso requerimento para o envio de voto de louvor ao doutor Edécio Marques dos Reis, em reconhecimento à sua dedicação e ao seu profissionalismo no trabalho que desenvolve do meio ambiente, busca valorizar o labor daquele que se doa com toda a competência, na melhoria cada vez mais das condições ambientais a serem usufruídas pela valorosa população do nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 1820

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações alusivos à inaugura-

ção da loja da Variglog em Curitiba, ocorrido no último dia 31 de maio do corrente ano.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao seu diretor senhor Aldo Fernando Klein, através de correspondência a ser encaminhada à Rua da Paz, 690 CEP 80060-060 nesta Capital.

Sala das Sessões, em 07.05.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1824

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao tenente coronel David Antônio Pancotti, por ter assumido o comando o Comando do 13 BPM desta Capital.

Sala das Sessões, em 07.06.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O tenente coronel David Antônio Pancotti assumiu recentemente o Comando do 13º Batalhão de Polícia Militar desta Capital.

Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, o tenente coronel David Antonio Pancotti deixou o 17º BPM após ter prestado relevantes serviços às comunidades dos 22 municípios da Região Metropolitana de Curitiba.

Com uma carreira impecável dentro da Corporação Militar, já recebeu condecorações como o Prêmio 10 anos de Relevantes Serviços (Medalha de Bronze PMPR) e Prêmio 10 Anos de Relevantes Serviços (Medalha de Prata PMPR).

Oficial de elevado conceito dentro da PMPR, já serviu nas seguintes unidades:

- Companhia de Polícia de choque (1978)
- 12º BPM (1978)
- Academia Policial do Guatupê (1983)
- Comando do Policiamento do Interior (1985)
- Governadoria Casa Militar (1987)
- Diretoria de Finanças da PMPR (1988)
- 6ª Seção do Estado Maior d PMPR (1990)
- Fundo de Modernização da PMPR (1997)
- Comando do 17º BPM.

Por ter assumido o Comando do 13º Batalhão da Polícia Militar do Paraná, receba o tenente coronel David Antônio Pancotti (13º BPM- Rua Sebastião Malucelli, 54 - 81050-270 - Curitiba-PR, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1825

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Conselho Federal de Contabilidade, pela comemoração de seus 55 anos.

Sala das Sessões, em 07.06.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Conselho Federal de Contabilidade - CFC está comemorando seus 55 anos.

Fundado em 27 de maio de 1946, pelo Decreto Lei nº 9.295, assinado pelo então presidente Eurico Gaspar Dutra, o Conselho foi um divisor de águas na profissão contábil do Brasil, pois a partir daí foi possível planejar a profissão, com exigência de qualificação e qualidade.

A contabilidade é uma das atividades mais antigas da humanidade, pois se desenvolveu em sintonia com o comércio e também os governos.

No Brasil ela acompanhou a vida patrimonial e econômica desde o período colonial, mas a obrigatoriedade de registro profissional foi estabelecida de 1925, ano da criação do Registro Geral dos Contabilistas Brasileiros.

Atualmente todas as empresas e organizações são obrigadas a ter um contabilista responsável e os profissionais ativos hoje somam 350 mil, e os escritórios contábeis 60 mil.

O Conselho Federal de Contabilidade com sede em Brasília tem função normativa e ética da profissão.

Pela comemoração dos gloriosos 55 anos do Conselho Federal de Contabilidade, receba o seu presidente senhor José Serafim Abrantes - SAS-Quadra 5- Bloco J - Edifício CFC - CEP 70070-920 Brasília -DF, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1826

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Conselho Regional de Contabilidade, pela comemoração de seus 55 anos.

Sala das Sessões, em 07.06.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Conselho Regional de Contabilidade - CFC está comemorando seus 55 anos.

Fundado em 27 de maio de 1946, junto com o Conselho Federal de Contabilidade, pelo Decreto Lei nº 9.295, assinado pelo então presidente Eurico Gaspar Dutra, o conselho foi um divisor de águas na profissão contábil do Brasil, pois a partir daí foi possível planejar a profissão, com exigência de qualificação e qualidade.

A contabilidade é uma das atividades mais antigas da humanidade, pois se desenvolveu em sintonia com o comércio e também os governos.

No Brasil ela acompanhou a vida patrimonial e econômica desde o período colonial, mas a obrigatoriedade de registro profissional foi estabelecida de 1925, ano da criação do Registro Geral dos Contabilistas Brasileiros.

Atualmente todas as empresas e organizações são obrigadas a ter um contabilista responsável e os profissio-

nais ativos hoje somam 350 mil os escritórios contábeis 60 mil.

O Conselho Federal de Contabilidade com sede em Brasília tem função normativa e ética da profissão.

O papel do CRC é proteger simultaneamente direitos dos contabilistas e da sociedade pela oferta de bons serviços, realização de exame de suficiência, programas de reciclagem, cursos e periódicos, fiscalização do exercício de profissionais habilitados, repressão a leigos, punição de omissões e irregularidades como inobservância dos Princípios Fundamentais da Contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade, punição de infrações éticas, como retenção de documentos, serviços contábeis incompletos ou pagos mas não-executados.

No Paraná o CRC mantém uma rede de 49 delegacias nas principais cidades e escritórios em Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel, Guarapuava, Toledo e Francisco Beltrão.

Pela comemoração dos gloriosos 55 anos do Conselho Estadual de Contabilidade, receba o seu presidente senhor Antonio Carlos Dóro - Rua Lourenço Pinto, 196 - 80010-160 -Curitiba-PR, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1823

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de louvor ao capitão Anselmo José de Oliveira, pelos relevantes serviços prestados no 17º Batalhão de Polícia Militar.

Sala das Sessões, em 07.06.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O capitão Anselmo José de Oliveira está deixando o 17º Batalhão de Polícia Militar, onde prestou relevantes serviços às comunidades dos 22 municípios da Região Metropolitana de Curitiba.

Com uma carreira impecável dentro da Corporação Militar, já recebeu condecorações como a Medalha de Ouro de Mérito Escolar e a Medalha de Bronze por 10 anos de Tempo de Serviço.

Oficial de elevado conceito dentro da PMPR, com muitos cursos de aperfeiçoamento e estágios que o qualificaram, já desempenhou funções de grande importância dentro da Corporação, como no Palácio Iguaçu, Casa Militar, Colégio da Polícia Militar.

Pelos relevantes serviços prestados no 17º BPM desta Capital, receba o capitão Anselmo José de Oliveira (Rua Luiz França, 2363 - Vilas Oficinas- 82940-090-Curitiba/PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1829

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido

o douto Plenário, o envio de votos de louvor ao capitão Gerson Luiz Buczenko, pelos relevantes serviços prestados no 17º Batalhão de Polícia Militar.

Sala das Sessões, em 07.06.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O capitão Gerson Luiz Buczenko, está deixando o 17º Batalhão de Polícia Militar, onde prestou relevantes serviços às comunidades dos 22 municípios da Região Metropolitana de Curitiba.

Com uma carreira impecável dentro da Corporação Militar, desde o seu ingresso na carreira militar em 1985, já recebeu condecorações e possui diversos cursos de aperfeiçoamento e especialização dentro da Corporação Militar.

Oficial de elevado conceito dentro da PMPR, já desempenhou funções de grande importância dentro da Corporação, como Sub-Comandante do 13º BPM, Comandante de Policiamento Especial da Guarda, Comandante do Pelotão TMA, Instrutor de cursos de formação de soldados, entre outros.

Pelos relevantes serviços prestados no 17º BPM desta Capital, receba o capitão Gerson Luiz Buczenko (Comando Geral da PMPR - Av. Mal.Floriano, 1401 - Curitiba/PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1827

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de louvor ao major Jack Holmer, pelos relevantes serviços prestados no 17º Batalhão de Polícia Militar.

Sala das Sessões, em 07.06.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O major Jack Holmer, está deixando o 17º Batalhão de Polícia Militar, onde prestou relevantes serviços às comunidades dos 22 municípios da Região Metropolitana de Curitiba.

Com uma carreira impecável dentro da Corporação Militar, já recebeu condecorações e possui diversos cursos de aperfeiçoamento e especialização dentro da Corporação Militar.

Oficial de elevado conceito dentro da PMPR, já desempenhou funções de grande importância dentro da Corporação, como Chefe do Serviço de Inteligência do Comando de Policiamento da Capital, Comandante da Escola de Oficiais na Academia Policial Militar do Guatupê, Diretor Administrativo do Hospital da Polícia Militar do Paraná e Sub-Comandante do 17º BPM/CPC.

Pelos relevantes serviços prestados no 17º BPM desta Capital, receba o major Jack Holmer (Comando Geral da PMPR - Av. Mal.Floriano, 1401 - Curitiba/PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1828

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de louvor ao capitão Éveron César Puchetti Ferreira, pelos relevantes serviços prestados no 17º Batalhão de Polícia Militar.

Sala das Sessões, em 07.06.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O capitão Éveron César Puchetti Ferreira, está deixando o 17º Batalhão de Polícia Militar, onde prestou relevantes serviços às comunidades dos 22 municípios da Região Metropolitana de Curitiba.

Com uma carreira impecável dentro da Corporação Militar, Bacharel em Administração, já recebeu condecorações como a Medalha Policial Militar de Bronze (10 anos de efetivo serviço na excepcional conduta) e possui diversos cursos de aperfeiçoamento e especialização dentro da Corporação Militar.

Oficial de elevado conceito dentro da PMPR, já desempenhou funções de grande importância dentro da Corporação, como na Casa Militar, Academia Policial do Guatupê, entre outros.

Pelos relevantes serviços prestados no 17º BPM desta Capital, receba o capitão Éveron César Puchetti Ferreira (Comando Geral da PMPR - Av. Mal. Floriano, 1401 - Curitiba/PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1830

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações alusivos ao Dia do Caminhoneiro, a ser comemorado no dia 30 de junho do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Bens no Estado do Paraná, senhor Diumar Coelho, Rua Vicente Michetto, 3450 - Cidade Industrial - CEP 81460-010, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 07.05.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1831

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais desta Assembleia Legislativa, votos de congratulações pelo 232º aniversário do município da Lapa.

Do aprovado REQUER ainda, que do presente se dê ciência ao Prefeito Municipal, Paulo César Fiates Furiatti.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 07.06.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 018/2001

A Assembleia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criada a TV Assembleia, para transmissão por canais de TV a cabo do Estado, das atividades da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 2º - A TV Assembleia será coordenada pela Divisão de Imprensa desta Casa e operacionalizada por pessoal próprio ou terceirizado, com a função de dar cobertura jornalística a todas as atividades dos senhores deputados, na Mesa, no plenário, nas comissões, e em eventos promovidos pelo Poder Legislativo Estadual.

Art. 3º - A TV Assembleia também terá a incumbência de fazer veicular informações culturais e de interesse público.

Art. 4º - Fica autorizada esta Casa a realizar concorrência pública para contratação de empresa especializada para produção do material a ser veiculado gratuitamente pelas retransmissoras de TV a cabo do Paraná, conforme determina a Lei Federal nº 8.977/95.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.06.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

O debate político há muito tempo migrou dos Parlamentos para os meios de comunicação. Nada mais justo, portanto, que o Parlamento transmita os debates políticos que nele se travam, dando ciência à população de tudo o que nele acontece.

É um eficiente meio de garantir a transparência de nossas sessões e o atendimento de um desejo da sociedade. Recentemente, a TV Bandeirantes de Curitiba realizou uma pesquisa para saber a opinião da população sobre a criação de uma TV Assembleia. Entre os telespectadores que ligaram para responder a pergunta, 68% afirmaram ser favoráveis a tal iniciativa do Legislativo.

Esse número reflete uma tendência crescente entre o eleitorado: o de acompanhar mais proximamente o desempenho do político em que votou. Além do controle da população, que poderá ver e ouvir o que fazem e dizem seus representantes, a TV Assembleia é um importante instrumento de democracia e cidadania. Através dele estaremos colocando no ar um dos meios mais pode-

rosos de comunicação com grandes massas humanas. E o faremos legitimamente, mostrando ao povo o que se discute e, principalmente, como se decide dentro desta Casa. O resultado, com certeza, será uma maior interação entre sociedade e Legislativo.

A experiência da Assembléia de Minas Gerais, por exemplo, a primeira a colocar no ar uma TV Legislativa, em 1995, mostra que o resultado é extremamente gratificante. A TV Assembléia é considerada hoje um canal de integração das Minas Gerais. Em sua programação diária, que dura 18 horas, a TV possibilita, inclusive, a participação direta do cidadão no debate político, através de teleconferências.

No nosso caso, entendo ainda que essa “abertura” da Assembléia vem ao encontro da nova fase que vive este Poder, e vai responder com prontidão às exigências da sociedade da comunicação em que se transformou a vida coletiva atual.

A TV Assembléia, tenho pela convicção, virá para trazer influências positivas na transformação da mentalidade, dos conhecimentos, da cultura política e da sociedade paranaense como um todo. Que a magia da imagem e da palavra da TV Assembléia Legislativa traga consigo a comunicação apta a nos unir, a nos fazer crescer na construção do bem comum. É uma homenagem à democracia. Um instrumento à disposição da comunidade. Os olhos e os ouvidos do povo.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 235/2001
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto Ser Feliz, com sede no município de Paçandu e foro no município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.06.2001.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública o Instituto Ser Feliz, entidade que tem o objetivo principal fazer um trabalho de propiciar melhor qualidade de vida às pessoas portadoras de deficiência do município de Paçandu e região, através de elaboração de projetos de convênios e parcerias com instituições públicas e particulares municipais, estaduais, federais e internacionais.

O Instituto Ser Feliz é uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 25 de abril de 2001, que tem procurado realizar trabalhos inerentes às finalidades de sua criação.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 236/2001
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao senhor Francisco Carlos da Silva.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.06.2001.

(a) SERAFINA CARRILHO

Ofício nº 039/2001

Curitiba, 06 de junho de 2001.

Senhor Presidente:

Sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Excelência, o projeto de lei de minha autoria que concede o título de Cidadania Honorária ao senhor Francisco Carlos da Silva, de Maringá.

Esclareço a Vossa Excelência que o presente encaminhamento, foi aprovado em reunião da Bancada do Partido Liberal nesta Casa, em cumprimento ao disposto no art. 2º da Lei nº 13.115, de 14.02.2001.

Agradecendo as providências de Vossa Excelência para que o referido projeto tenha sua tramitação autorizada, aproveito o ensejo para reiterar protestos de elevada estima e apreço.

Atenciosamente.

(a) SERAFINA CARRILHO

De acordo:

ANTONIO BARATTER

Exmo.Sr.

Deputado Hermas Brandão

DD.Presidente da Assembléia

Legislativa do Paraná

N/Capital

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Passamos ao Pequeno Expediente, concedendo a palavra ao deputado Carlos Simões.

O SR. CARLOS SIMÕES

Senhor Presidente, senhores deputados.

Venho a esta tribuna, até contrariado, senhor Presidente. O assunto que me traz é com relação à mudança do delegado de Rio Branco do Sul.

A polêmica criada pelo Delegado folclórico, não o conheço, nunca o vi, nunca nos cumprimentamos, não tenho nada contra nem a favor, não o conheço. Aí de repente, no afã de manter a sua posição, em Rio Branco do Sul, já uma decisão tomada pelo diretor geral da Polícia Civil e também do Secretário da Segurança Pública, não só com Rio Branco do Sul, mas também em mais de trinta municípios do Estado do Paraná.

Não pedi a transferência, nem a nomeação de nenhum Delegado, aqui os deputados me conhecem muito bem, sou Deputado da comunicação, não sou Deputado de prefeitos e vereadores. E essa celeuma criada...

Ontem estive buscando mais informações. Por que tanta reação do Delegado e do Prefeito de Rio Branco do Sul? Por que tanta reação? Por que não sair? Qual é o interesse maior?

Quero aqui, o testemunho do deputado Durval Amaral, que estava comigo quando conversávamos com o Chefe da Casa Civil, Alcení Guerra e estava lá por acaso, o secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná, José Tavares.

E aí perguntamos: “Tavares, o que está havendo que o Delegado está esperneando tanto? Ele falou o seguinte: o Durval é testemunha, pedi para que ele repetisse três vezes.

Serve também para informação da imprensa. Pedi que repetisse três vezes, chamei a atenção, no bom sentido, Durval que é meu líder, estava o deputado Cleiton e estava, se não me engano, o deputado Geraldo Cartário.

Que o Delegado, quando chamado pelo diretor geral da Polícia Civil, que seria promovido e haveria uma necessidade de delegados tal, de outra categoria, classe...(não entendo disso), para Telêmaco Borba ou Loanda, não sei aonde, esse Delegado falou que ele não queria sair de Rio Branco do Sul, porque a esposa dele, Nelson Garcia, é empregada da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul, que a sua filha é empregada da Prefeitura de Rio Branco do Sul e que o seu genro é empregado também, gerando em torno de 7 a 8 mil reais por mês.

Amigo, aí devo-me espernear para não sair.

Estava levantando, por que tanta reação? Por que tanto amor a Rio Branco do Sul? Só quem poderia ter esse amor é o Algaci Tulio que nasceu lá. Mas tanto amor em quatro meses?

Senhores deputados, meus amigos deputados.

Ele está me chateando publicamente! Usando o meu nome indevidamente, até porque sou um dos deputados mais populares de Curitiba e Região Metropolitana! Não tenho vínculos com prefeitos, só com meu cunhado em Almirante Tamandaré. É público e notório isso. Nem programa policial eu faço. Sou da comunicação social, na linha diferente dos meus colegas aqui da Assembléia. Não conheço delegados, 1 ou 2, não tenho esse estilo de comunicação. Cada um adota um estilo. O meu é diferente.

Converso direto e todos os dias, meu programa de 3 horas é permanentemente com a população.

Queria usar, se possível, o horário do PTB, com a permissão do nosso líder.

Na minha rádio, para não dizer que não temos informação policial, senhor presidente, senhores deputados, só temos um repórter policial na Rádio Brasil Tropical, que entra de hora e meio em hora em meia.

Não faço do crime, apologia. Não é da minha lida. Deputado Nereu Moura, não é do meu estilo.

Tirar delegado, pôr delegado, falar com delegados, com polícia, não tenho nada contra nem a favor. O meu estilo é diferente, é comunicação. Cada um tem um jeito, também de fazer política.

Então, senhores deputados, estou encaminhando requerimento, pedindo uma atuação da Corregedoria da Polícia Civil e muito me estranha, Durval Amaral, que o Diretor Geral da Polícia Civil tenha tomado tal medida administrativa, quando o delegado lhe afirmou. Ele afirmou ao Delegado Leonil, “Não, não quero sair de Rio Branco pelo seguinte, minha família ganha quase 10 mil reais por mês, como vou perder isto?”

E eu sou culpado? Muito pelo contrário.

Ele está usando o meu nome indevidamente e será devidamente processado, já pedi todas as fitas das rádios, dos jornais, televisões, judicialmente, e ainda hoje nós estaremos entrando com uma ação. Ele vai ter que provar o que está falando.

Só vim aqui na tribuna, porque aqui é a minha “Casa”. Aqui é a “Casa do povo”. Me senti na obrigação de vir aqui prestar esclarecimento aos senhores deputados e à imprensa que está aqui presente.

Deputado Durval Amaral.

O Sr. Durval Amaral

Deputado Luiz Carlos Simões, quero me solidarizar com Vossa Excelência, até pelas ofensas injustas deferidas pelo Delegado “Bradock” contra Vossa Excelência.

Tendo em vista que em qualquer carreira, em qualquer atividade profissional, presume-se sempre que a pessoa tenha objetivos na vida, queria uma ascensão profissional, queira ter uma carreira brilhante.

Efetivamente o Delegado Bradock foi promovido, convidado que foi a assumir uma sub-divisão policial. O que qualquer Delegado de Polícia efetivamente almeja. Quer uma sub-divisão policial, quer ter sob a sua jurisdição outros delegados, quer coordenar sempre uma região. Esse é o objetivo da grande maioria dos delegados de Polícia, não só no Estado do Paraná.

É sempre o objetivo daquele que sendo funcionário público, quer ocupar funções de chefia e o secretário de Segurança Pública e o Delegado Geral, Doutor Leonil, quando deram essa promoção ao Delegado Bradock, convidando para que ele assumisse uma sub-divisão policial, salvo engano a de Telêmaco Borba, fizeram na melhor das intenções. Até pela atuação do Delegado Bradock.

Razões pessoais do delegado, que não cabe aqui a mim discorrer, fazem com que ele tenha interesses pessoais em permanecer na cidade de Rio Branco.

O SR. CARLOS SIMÕES

Me desculpe, mas eu queria o seu testemunho que o senhor ouviu o Secretário Tavares dizer que a família

do delegado está empregada e ganha próximo de dez mil reais, ele afirmou ou não afirmou?

O Sr. Durval Amaral

É verdade, afirmou isto e é inquestionável, isto é público, inclusive, a nível da cidade.

Agora, uma corporação tão importante para a sociedade paranaense que é a Polícia Civil, não pode ficar restrita à vontade pessoal de um delegado de polícia.

Acredito que os interesses maiores da corporação de ter um delegado chefiando uma subdivisão, um delegado até então conhecido como atuante, são preponderantes, razão pela qual me solidarizo a Vossa Excelência, são injustas as acusações desferidas por este delegado contra Vossa Excelência, razão pela qual acredito que o Governo do Estado e o secretário de Segurança Pública até deveriam mesmo rever a promoção oferecida a esse delegado de polícia, tendo em vista estas injustas acusações desferidas contra Vossa Excelência.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. CARLOS SIMÕES

Só mais uma informação para encerrar minhas palavras, também meus advogados, Rio Branco do Sul, Deputado Zuk, o prefeito autoritário parou as escolas públicas, ensino base, ensino fundamental, levando as crianças para movimento em favor do delegado. Agora, por quê tanto interesse?

Teve um salvador da pátria, Marcos Isfer, que morreu há dois mil anos, Jesus Cristo. O resto, bicho, não existe, gente!

Estou encaminhando formalmente à Promotoria da Infância e da Juventude um pedido para averiguação da Promotoria lá em Rio Branco do Sul. Fecha as escolas, nós vamos fazer um movimento aqui, crianças de quatro, cinco, seis, sete anos de idade! Está usurpando o poder, está desrespeitando as crianças, não está cumprindo com o Estatuto da Criança e do Adolescente o Prefeito de Rio Branco do Sul, que aliás nos quatro anos que foi prefeito, não tem nenhum ano suas contas aprovadas. Conseguiu de uma forma ou de outra a legalidade para ser Prefeito de Rio Branco do Sul.

Só mais uma informação, o Presidente da Câmara de Rio Branco do Sul, como mexeram comigo e eu fui mexer com eles também. Mas por quê mexer comigo? O que é que eu fiz?

Nelson Garcia, o atual Presidente da Câmara foi condenado pelo Tribunal de Contas pela justiça comum a ressarcir aos cofres públicos quase 500 mil reais. E foi eleito e é Presidente da Câmara de Rio Branco do Sul...

Então, senhores deputados, senhor presidente, eu precisava fazer este esclarecimento com tranquilidade absoluta, eu tenho um trabalho, eu acordo cinco horas da manhã, lido com as pessoas pobres, a periferia, o meu trabalho é inabalável, é coreto, é sério, trabalha comigo o sobrinho do Litro, Doutor Leodi, trabalha na minha equipe, sabe do nosso trabalho, os deputados conhecem a

minha vida, a minha história, o meu comportamento aqui na Assembléia e fora da Assembléia. Sou homem coreto, limpo.

Muito obrigado, senhor presidente, senhores deputados.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente, quero registrar com alegria aqui a presença do professor Marcos Vinicius, ex-Reitor da Universidade do Oeste do Paraná e atual Secretário de Educação; do nosso prefeito, amigo e companheiro, ex-deputado Edgar Bueno. Quero também registrar a presença da Senhora Laura Bastos, Secretária de Educação da Prefeitura de Guarapuava e da Presidente da Odime que também estão aqui na Tribuna de Honra e com alegria é que nós registramos as suas presenças na sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Já está nos Anais desta Casa a visita de tão ilustres visitantes.

Deputado Hermes Fonseca, com a palavra.

O SR. HERMES FONSECA

Senhor presidente, senhores deputados.

Os jornais do Paraná, em particular a "Folha de Londrina", têm noticiado diariamente os cortes de água da Sanepar na cidade de Londrina.

Corta-se água de pessoas humildes, de trabalhadores, da gente do povo, com a queda da proibição do corte de água, através de uma liminar do promotor Hélio Cardoso, a Sanepar retomou os cortes de água na cidade.

E ontem mesmo, na Folha de Londrina aparecia uma cidadã trabalhadora, que só pôde impedir o corte de água porque ele fez o acerto de contas na empresa que ela trabalhava, que a Sanepar exige 50% da dívida no ato do acerto e parcela o restante.

Apareceu também uma cidadã grávida e ainda com uma criança no colo, que teve a água cortada em sua casa.

No entanto, o cidadão Aparecido Donizete Alves, RG. 3.999.149-7, nos mandou por escrito um fax denunciando os absurdos que ocorrem a cidade de Londrina.

Senhor presidente, as conversas paralelas aqui, não só dos colegas como também do público, impedem que a gente possa falar. Por diversas vezes, outros companheiros já se irritam com isso, acho que nós temos que, pelo menos na hora...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

O nobre Deputado Hermes Fonseca que está ocupando a tribuna pede a atenção dos senhores parlamentares ao pronunciamento dele.

O SR. HERMES FONSECA

E do barulho lá no fundo também, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Peço aos senhores da imprensa também, que daqui dentro de poucos minutos vou dar a palavra à imprensa porque está atrapalhando o orador que está na tribuna.

O SR. HERMES FONSECA

Senhor presidente, o cidadão Aparecido Donizete Alves, de Londrina, denuncia por escrito, que ele que trabalha na empresa Bitavel, de Londrina, uma firma que fazia serviço terceirizado para a Sanepar, que procedia os cortes de água, que foi cortar a água do Restaurante Zocco, na Avenida Santos Dumont, 432, em Londrina, e foi impedida até por um ato de violência do proprietário do imóvel, que é irmão do diretor da Sanepar.

Ele é proprietário de um restaurante em Londrina, que deve uma conta milionária para a Sanepar; se formos comparar com as contas dos contribuintes humildes que têm tido a sua água cortada, o irmão do diretor da Sanepar, que respondeu esses dias pela presidência da Sanepar, porque o presidente da Sanepar estava afastado, não teve a sua água cortada e não pagou as contas, está aqui a conta de 30/06/2000, conta de 449 Reais, 459 Reais, 542 Reais e etc. Contas de mais de um ano, não teve a sua conta cortada.

E o cidadão pergunta aqui na denúncia que eu vou entregar ao Deputado Neivo Beraldin, que está investigando a Sanepar, e que precisa investigar esses casos também, não só apenas ouvir diretores da Sanepar, os quais vêm aqui na Comissão dar a sua versão. É preciso que o Deputado Neivo Beraldin ouça o povo, ouça as denúncias, são denúncias documentadas, são denúncias que eu entreguei inclusive desse mesmo cidadão, há dias atrás ao Deputado Neivo Beraldin, com fotografias, com fitas de vídeo, com declarações autenticadas.

Essas denúncias precisam ser apuradas, porque não podemos fazer com que o povo humilde, o cidadão comum, o cidadão trabalhador, a dona de casa, o operário sejam penalizados no corte de água, ou que para não ter o seu corte de água realizado, têm que pagar 50% da dívida e, cidadãos mais abastados ligados à Diretoria da Sanepar têm os benefícios, têm os privilégios da empresa e não têm as suas contas cortadas.

O cidadão pergunta: será que não tem mais gente da Sanepar, nessa situação? Será que os diretores da Sanepar, aqui de Curitiba, pagam as contas de água dos seus imóveis? Será que os demais diretores da Sanepar de Londrina, pagam suas contas de água? Se esse não paga porque é irmão do presidente da Sanepar, do diretor da Sanepar, será que não tem mais?

Essa é a questão que o cidadão Donizete levanta e que vou entregar esta matéria, essa denúncia, esses documentos ao presidente da comissão que investiga a Sanepar, o deputado Neivo Beraldin, para que ele tenha também uma ação eficaz em cima dessas denúncias, sob pena de ficarmos só com as declarações dos diretores da Sanepar.

É preciso ouvir a outra parte. É preciso ouvir as empresas que prestam serviços para a Sanepar, aqueles contribuintes que tiveram a sua água cortada, aqueles trabalhadores que trabalhavam em empresas terceirizadas que foram dispensadas, até porque fizeram o que a Sanepar exige para todos, o corte de água.

Esse cidadão, Donizete, após esse entrevero com o irmão do Diretor Zocco, foi mandado embora da Bitavel. Ele é, inclusive, um dos cidadãos de Londrina que tem uma ação hoje trabalhista contra a Bitavel e conseqüentemente contra a Sanepar, também é co-responsável nesses atos.

Além disso, o Deputado Nereu Moura, parece-me que ontem ou anteontem falou sobre a emissão de notas promissórias da Sanepar, que estaria colocando no mercado.

Tem um edital, na Gazeta do Povo, de convocação da Assembléia para deliberar sobre a distribuição de lucros da Sanepar.

A Sanepar teve um lucro de 120 milhões de reais: ela deveria distribuir aos acionistas aproximadamente, são juros sobre o capital investido, 76 milhões de reais. Digo ao deputado Nereu Moura e todos os demais, que é muita coincidência a Sanepar lançar no mercado, 75 milhões de notas promissórias, de capitalização, e tenha que pagar 76 milhões de dividendos aos acionistas.

Agora pergunto: por quê essa emissão? Por quê o dividendo dos acionistas não foi distribuído do lucro de 120 milhões? Onde foram parar os 120 milhões da Sanepar?

Essa questão que deixo aqui, acho que é uma questão que tem que ser investigada. Vou entregar toda essa documentação ao Deputado Neivo Beraldin. Vou também participar das audiências da Sanepar, porque creio que é importantíssimo e indispensável que essas denúncias que foram apresentadas por escrito com identificação do denunciante, sejam apuradas pela comissão dessa Assembléia, sob pena de termos apenas a versão parcial dos fatos com as audiências, aonde estão se ouvindo os diretores da Sanepar.

Da Sanepar, podemos falar com absoluta convicção: há muita coisa que precisa ser explicada à sociedade paranaense.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo um minuto a Vossa Excelência para concluir seu pronunciamento.

O SR. HERMES FONSECA

A Sanepar está presente na maioria dos municípios desse Paraná, e em todos eles há denúncias de todo tipo, de corte de água, de serviço mal feito, de serviço feito sem segurança, de qualidade de água, de poluição de mananciais, enfim, é preciso de uma vez por todas que a ação da comissão constituída nesta Assembléia tenha um resultado eficaz e possa esclarecer a todos nós e ao povo do Paraná esta irresponsabilidade, este desserviço que a

Sanepar está fazendo ao povo do Paraná, à sua saúde e à sua qualidade de vida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

As denúncias que o Deputado Hermes Fonseca traz hoje a esta Casa, são muito importantes para o andamento da nossa Comissão Especial de Investigação.

Vou solicitar ao Deputado Hermes Fonseca que encaminhe rapidamente ao Deputado Neivo Beraldin, que é o presidente da Comissão, para que esta Casa posa investigar e ir fundo nas denúncias recebidas.

No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

O deputado Carlos Simões usou da tribuna hoje, para dizer injúrias. Tenho acompanhado a polêmica do Bradock, ele que é um delegado bastante atuante e também bastante polêmico, mas não é sobre a questão da polícia e de delegados do nosso Estado.

O Paraná vive um momento ímpar. Primeiro, deputado Luiz Carlos Zuk, foram os “grampos”. “Grampo” que sobrou para tudo que foi lado. E para tudo que é gosto. Tem “grampo” no Paraná, “grampeando” a vida privada, a vida íntima, a empresarial, enfim, acontecendo “grampo” de toda sorte.

E agora, se não bastasse, está correndo - e acho que especialmente no gabinete dos senhores deputados e de algumas lideranças do Estado do Paraná - uma carta apócrifa, assinada, ou melhor, colada uma assinatura escaneada do Senador Álvaro Dias, na qual tece críticas e difamações à pessoa do Senador Roberto Requião.

Ora, sabemos das dificuldades e do embate político e eleitoral que está renunciando, com relação às eleições de 2002, entre os dois ex-governadores: Roberto Requião e Álvaro Dias, mas jamais, o Álvaro faria um ato tão indigno e tão desqualificado. *De per si* e até porque o Senador Roberto Requião não tem responsabilidade quanto às mentiras que são assacadas nesta correspondência.

Evidentemente, muitos dos senhores deputados já devem ter em mãos esta correspondência, que está sendo postada com envelope em branco e o carimbo, atrás, do remetente, como sendo do Diretório Estadual do PSDB, Liderança do Partido, Assembleia Legislativa.

Ora, só um neófito, para não dizer um idiota, não distingue o endereço do Diretório com o endereço da Assembleia Legislativa, do PSDB. Mostra, aqui!

E aqui, não vou ler, porque estes atos indignos não merecem registro na história desta Casa e nem na história política do Estado do Paraná. Ademais, se tratando de dois nomes da maior respeitabilidade dentro do nosso Estado!

Senador Álvaro Dias, ontem, quando recebi - e por coincidência não havia recebido ainda, atrasaram minha correspondência, porque acho que todos receberam

O Deputado Irineu Colombo me encaminhou a sua. E achei, não conhecia, vi comentários, entendi que a correspondência fosse esta. E ela veio com carinho da Assembléia, mas foi um xerox que o Deputado Irineu Colombo me trouxe. É mentiroso no seu conteúdo, é apócrifo. E o Senador Álvaro Dias vai encaminhar, já deve estar providenciando o encaminhamento à Polícia Federal, para que apure.

Ainda bem que a respeito das diferenças, das dificuldades em relação à disputa do governo de 2002, os dois senadores tenham hombridade para conhecer o que cada um é capaz de fazer, especialmente no campo da sordidez, que sabem que nenhum dos dois têm disposição para ter esta postura.

Por isso, senhores deputados, a partir deste momento, concedo aparte ao Deputado Nereu Moura.

O Sr. Nereu Moura

Deputado José Maria, quero ser solidário aos Senadores Álvaro Dias e Osmar Dias nesse processo que eles vivem a nível nacional quando o PSDB, tenta expulsá-los do partido.

Olha, os Senadores Álvaro Dias e Osmar Dias crescem no conceito da opinião pública do Paraná com esta atitude, porque o governo que se preza não tem que ter medo da fiscalização. Governo que tenha honradez como meta, seriedade, honestidade, não tem nada a esconder. Por isso que é estranho que o Governo Fernando Henrique Cardoso queira punir dois senadores da república, Deputado José Maria, pelo fato de que estes dois senadores, no cumprimento rigoroso das suas funções, queiram passar a limpo este País.

Quer dar a minha solidariedade aos dois senadores, e tenha certeza Vossa Excelência, que é um deputado combativo aqui nesta Casa, que os Senadores Álvaro Dias estão crescendo no conceito popular, os seus conceitos que já são elevados no Estado.

Por outro lado, acho a atitude de Vossa Excelência de grande destaque neste momento ao reconhecer esta carta, este panfleto covarde, mentiroso, infame, como não sendo de autoria do Senador Álvaro Dias. E de pronto quando recebemos este papel, nós já tínhamos esta expectativa de que efetivamente era, porque o Senador Álvaro Dias não é homem dado a este tipo covarde de atuação. Tanto é verdade que a imprensa do Paraná não deu crédito, não colocou uma nota, não deu espaço sequer a este material covarde, infame e que nós sabemos de onde partiu.

Nós sabemos quem foram os autores, que não tiveram a coragem de fazer por si próprios, assumir esse ataque covarde, mentiroso, contra a figura do senador Requião e procuraram envolver uma das pessoas mais respeitadas na política do Paraná, que é o Senador Álvaro Dias.

Por isso quero aproveitar este aparte, para, além de realçar o discurso de Vossa Excelência, também me solidarizar com os Senadores Álvaro Dias e Osmar Dias, pelo sofrimento que têm enfrentado nos últimos dias em razão das suas posições na defesa dos interesses do povo brasileiro.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Deputado Nereu Moura, quem entende de pedofilia não é o senador Roberto Requião, quem entende são alguns outros que já têm fama na praça.

E com certeza esta é uma questão que não mereceu da imprensa estadual e também não recebeu nenhum respeito da sociedade paranaense e muito menos desta Casa. Mas, gostaria de dizer que não estranho, o Governo Fernando Henrique Cardoso não tem responsabilidade, o que eu estranho é o PSDB, o meu Partido, o Partido jamais poderia propor que não teve coragem para dizer que estavam expulsos os senadores, a Executiva dizer que estão afastados. Não tem figura de afastamento dentro do quadro partidário e muito menos dentro do programa do PSDB e também do nosso Estatuto. Então, não tiveram coragem para dizer, ou condições legais, que estavam expulsando os dois Senadores, disseram que estavam afastados. É lamentavelmente que isso esteja ocorrendo. Mas, o Álvaro Dias e o Osmar ontem receberam o apoio da Bancada de Senadores do PSDB, totalmente, não impondo a eles nenhuma condições da retirada de assinatura e hipotecando todo o apoio para que permaneçam no PSDB.

Concedo um aparte ao Deputado Augustinho Zucchi, e depois ao Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Augustinho Zucchi

Deputado José Maria, eu acho que o documento não merece, absolutamente, nenhuma consideração, ali tem uma frase que é emblemática. Se eu fosse aqui, quem sabe, tendenciar um pouco a minha voz, automaticamente nós chegaríamos à autoria. É emblemática a frase. Se escutarmos as entrevistas no Paraná, vamos ver que é uma frase emblemática. Pobre Requião!

Bom, eu apenas gostaria de dizer a Vossa Excelência, Deputado José Maria, com relação ao nosso PSDB, o PSDB nasceu das hostes do PMDB do Brasil, numa divergência de inúmeras pessoas que tinham com a condução do PMDB, na época. Nasceu, sobretudo, com a possibilidade de fazer um partido extremamente ético, moral e decente no nosso Brasil.

Então, não há realmente o que justifique essa atitude por parte da direção do Partido, até porque, numa semana coloca em sessões, a nível nacional na televisão, pregando a ética e a moralidade na política. E, um dia após, pede a um dos seus membros - o Presidente - que me parece um fato isolado, a punição ou a suspensão de dois senadores que assinaram a CPI da Corrupção.

Ora, qual é a CPI que o Fernando Henrique se negou a assinar no Congresso Nacional quando ele lá

estava? Nenhuma! Então, na verdade também esse fato é um fato que me parece mais uma divergência que também tem origem, quem sabe, aí nos fundos de algumas articulações políticas do Estado do Paraná do que propriamente em nível federal, do que propriamente com relação à questão do Governo Federal. Acho que o próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso tem essa compreensão do que significa um Senador - no momento em que o País pede pela moralidade - deixar de assinar a CPI da Corrupção.

Então, eu gostaria de agradecer o seu aparte.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Vossa Excelência tem um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Concedo um aparte ao Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana

Deputado José Maria, eu só quero registrar duas coisas. Primeira: um cumprimento, inclusive à imprensa do Paraná, que, com todas as divergências políticas que existem na nossa própria imprensa, nem sequer registrou um fato como esse.

Segunda: deixar um ponto de interrogação numa coincidência que me parece que não é coincidência.

Veja, deputado, que exatamente no momento em que o Presidente Nacional do PSDB, numa atitude que eu não conheço, pede o afastamento dos dois Senadores do Paraná, essa correspondência foi postada na minha casa ontem pela manhã; foi simultâneo. Quer dizer, é uma forma de incompatibilidade, definitivamente, a relação entre os senadores do Paraná exatamente prevendo que possa ocorrer qualquer tipo de rompimento, a âmbito nacional, dos senadores com os seus Partidos e inviabilize uma aproximação aqui no Estado do Paraná que só serve a interesses, e Vossa Excelência tem o endereço disso.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Mas, a fonte está dentro do próprio Paraná.

Muito obrigado, senhor presidente, pela aquiescência!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, senhores deputados:

Eu acompanhei muito de perto o nascimento do PSDB, inclusive, na época, eu mesmo fui um dos que, ao lado de alguns outros Deputado, aqui do Paraná, começamos a fazer um profundo questionamento a respeito daquilo que era o nosso PMDB, partido que na luta popular acabou ganhando uma "cara própria".

E depois, nós vimos a invasão dos quadros peemedebistas, por pessoas que não tinham nada a ver com aquilo que nós professávamos. Eu mesmo, como presidente do PMDB do Paraná, impedi que o ex-governador Leon Perez adentrasse às hostes peemedebistas. Eu quero dizer, que fui uma barreira à entrada de todos aqueles que tinham servido à ditadura de várias maneiras.

Inclusive, quero deixar aqui, claramente colocada a minha contradição, a minha posição definitiva, por exemplo, contra a entrada no PMDB de figuras como o ex-presidente José Sarney e até o ex-presidente ou quase Presidente Tancredo Neves, que não tinham nada a ver com a alma peemedebistas. Esses vieram para o PMDB e o levaram ao descaminho.

Respeito as posições ideológicas de todos, mas que fiquem nos seus devidos lugares. Por exemplo, quem é contra a Reforma Agrária, no meu entendimento, não tem que vir bater as portas do PMDB, porque somos favoráveis à Reforma Agrária. Mas, houve essa intromissão, sim, aqui no Paraná, por oportunismo político de alguns Chefes do PMDB, quantos que não tinham nada conosco entraram para desviar o Partido!

Foi nesse momento que em Brasília começamos uma profunda discussão a respeito dos rumos do PMDB, e aí fundamos o MUP, Movimento de Unidade Progressista, que na realidade foi o embrião do PSDB. Mas, na primeira hora, senhor presidente e senhores deputados, muitos daqueles que não serviam para nós dentro do PMDB, correram a se abrigar no PSDB. Então, eu que sou fundador do MDB e do PMDB falei: “vou ficar aqui, travar na minha trincheira a luta que devemos travar”.

Pois bem, o PSDB nasceu, e eu gostaria de me dirigir especificamente ao Deputado José Maria Ferreira, o PSDB nasceu sob a égide da moral e da ética. Agora o Partido se esfrangalha, impedindo que em nome da ética e da moral se implante a CPI contra a Corrupção. É a negação do nascimento do PSDB. Estou falando em direção da seara alheia, não deveria nem falar porque não gosto de ficar criticando os outros Partidos.

Mas que moral tem o PSDB, hoje, por exemplo, para puxar as orelhas do Senador Álvaro Dias e do Senador Osmar Dias? Que têm eles, falo agora como militante do PMDB, os dois, a minha solidariedade, porque, no meu entendimento eles agiram corretamente, vacilaram um pouco, mas acabaram assinando a CPI da Corrupção.

E agora estão querendo fazer o afastamento dos mesmos ou a expulsão, porque eles não querem retirar a assinatura da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Consulto Vossa Excelência se irá usar o horário de Liderança do PMDB.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Liderança das Oposições.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está concedido.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Por quê?

Vossa Excelência vai usar o horário do PMDB?

Estou falando de temas que talvez não sejam comuns aos companheiros do PDT, do PT. Uso o horário do PMDB, senhor presidente.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Pode usar também o Horário das Lideranças, porque o tema que Vossa Excelência aborda é a preocupação que têm os adversários, tanto de Álvaro Dias, quando de Requião, que os dois nem olham para trás, porque não enxergam quem está. Quem está atrás está muito longe na moral e principalmente numa atitude política tão baixa quanto esta ilustração deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Muito obrigado.

Quero dizer o seguinte, senhor presidente, que neste momento, eu ouvi com atenção o pronunciamento do deputado José Maria Ferreira.

Na realidade esse panfleto que saiu aí sem autor, nos leva a induções, nós queremos pensar quem são os autores dessa infâmia e a infâmia é tão descarada, senhor presidente, que a imprensa de maneira muito responsável, e eu quero cumprimentar a imprensa toda, de maneira geral, não deu vazão a esta sordidez que foi praticada contra o senador Requião, mas, senhor Presidente, na realidade o que as Oposições estão precisando fazer é pavimentar o caminho de uma proposta única. Nós somos o outro lado, nós queremos substituir o governo que aí está e nós não podemos nos dividir, nós temos que falar publicamente, de maneira muito clara. E eu tenho colocado em todos os lugares por onde tenho a oportunidade de falar ou me reunir com companheiros.

Nós precisamos elaborar uma proposta comum, escrita por muitas mãos, ouvindo toda a sociedade do Paraná, para termos uma proposta que interesse ao conjunto da sociedade paranaense.

Nós queremos a proposta, menos interessa para nós os nomes; o caminho é este. Nós queremos caminhar na direção de atendermos às reivindicações dos professores da Universidade.

A Universidade que precisa ser o fórum de debates, para apontarmos caminhos no dia de amanhã e não vermos, como nós estamos vendo, aqui no Paraná e praticamente em todo o País, o descaso que os governantes, todos os dias, dedicam à Educação e à Cultura como um todo. Nós precisamos fazer uma proposta comum e ela precisa ser discutida, apreciada, aprovada, e nós deveremos ir à luta, senhor presidente.

Eu queria dizer, senhor presidente, que falando com um caro amigo e velho militante, ele me lembrou da frase “é proibido proibir”. E o que é que nós estamos

vendo nos últimos dias aqui no Paraná, o que é que nós estamos vendo? Hoje os jornais fazem referência a uma declaração do Prefeito Taniguchi, o melífluo prefeito de Curitiba. O que é que ele diz? Que os vereadores de Curitiba, alguns deles mentiram e eles poderão inclusive, ser cassados, outro dia foi o governo Lerner com o braço do Campelo ameaçando deputados de cassação, agora vem o prefeito.

Esses filhotes da ditadura, deputado Nereu Moura, estão todos aí novamente, eles estavam acomodados, subjacentes, em estado de latência e na hora que aparece uma possibilidade eles vêm à luz do dia, descaradamente, falar como o prefeito falou, em cassação dos mandatos de alguns vereadores de Curitiba. Por que? Porque não está questionando...

(Passa a usar do Horário destinado à Liderança das Oposições).

Veja a “cara” deste governo. A radiografia que temos dele. Vejam bem: secretário Salomão, quando lhe disseram, olha aqui, a Associação Comercial do Paraná tomou uma decisão no sentido de apoiar todos aqueles que não querem a privatização da Copel”. O que é que o Salomão falou? Não tem importância nenhuma.

É o governo Lerner falando aquilo que o outro secretário falou” que o governador não ouve nem deputado ao vivo, imagine eles gravados.

Sabe o que é que diz o seu governador Jaime Lerner, numa entrevista? A medida tomada pela Associação Comercial do Paraná é um fato isolado.

Este governo está distanciado do povo. Está com saudades do ontem, quando nós tínhamos aqui o desrespeito à imprensa livre, nós tínhamos o desrespeito às leis, quando vigia, quando vigorava a ditadura militar. Eles estão saudosos do passado. Estão aí, todos os dias, fazendo declarações de desprezo à ampla, à grande maioria do povo do Paraná, que não quer a privatização da Copel. É um governo distanciado do povo. Distanciado das mais legítimas reivindicações do povo do Paraná. É um governo que não tem futuro. Não tem. Caminhando desta maneira.

Olha só, o prefeito de Curitiba fala que vereadores poderiam ser cassados por terem mentido, mas querem mais mentiras do que aquelas que foram, inclusive, pronunciadas aqui nesta Casa, nos compromissos com os professores, com os militares, com os próprios Deputados, senhor Presidente? O mentiroso querendo falar da mentira, para desfigurá-la! Não têm moral para agirem desta maneira. Quem não tem prática democrática não pode cobrar democracia de ninguém. Quem não tem apego às lutas populares, não pode se fantasiar e querendo nas oportunidades que surgem, por puro oportunismo, se ombrear com aqueles que caminham nesta direção.

Concedo aparte, primeiramente ao deputado Sérgio Spada.

O Sr. Sérgio Spada

Deputado Waldyr Pugliesi, Vossa Excelência sabe quanto o admiro e respeito pela sua história na vida política do Estado do Paraná.

Nós convivemos aqui, no Parlamento Estadual, convivemos em Brasília, na Constituinte, vimos o surgimento do Mup, vimos o surgimento do PSDB, Vossa Excelência chegou no PMDB eu também fiquei no PMDB e hoje estou no PSDB. E percebemos que, apesar de em determinados momentos nós caminharmos caminhos um pouco diferentes, nosso passado, nossa história, nossos princípios sempre nos aproximam, nos unem.

Queria, em nome da Bancada do PSDB, na condição de Líder do PSDB, fazer um comunicado a Vossa Excelência que é do PMDB e a esta Casa: eu fiquei indignado e naturalmente revoltado com a correspondência, diria apócrifa, que foi endereçada a diversos gabinetes, de diversos parlamentares aqui desta Casa, inclusive duas delas para este próprio parlamentar. E utilizando de forma criminosa o nome do Diretório Estadual do PSDB e a Liderança do PSDB, até de forma equivocada, incluindo as duas instituições, digamos assim, o Partido e a Liderança, num mesmo endereço.

Como líder da Bancada do PSDB, já me comuniquei com o vice-Presidente Estadual do PMDB, deputado Caíto Quintana, afirmando, juntamente com o deputado José Maria que colocou muito bem, a nossa posição a respeito desse episódio, de que nada temos a ver com esse documento falso, documento montado, documento caiu em mãos aí, do Estado do Paraná.

E mais do que isso, de que formalmente, vamos nos reportar ao PMDB, falando da falsidade desse documento e mais do que isso, propondo ao PMDB, que ingressemos na Justiça e na polícia para denunciar esse ato criminoso, que visa única, exclusivamente, intrigas, fofocas, jogo rasteiro, jogo pequeno na política do Estado do Paraná.

Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Deputado, agradeço o seu aparte. Quero reafirmar aquilo que já disse: nós conhecemos Álvaro Dias e Osmar Dias; os chamo de companheiros. O que nós queremos é que eles se somem nessa luta, que acho que deve ser ampla, com a presença dos mais variados segmentos que fazem oposição ao governo do Estado, para apresentarmos ao Paraná uma nova perspectiva de poder.

Então, tranquilidade nós temos para dizer que sabemos que o Álvaro Dias, não é homem para produzir documentos, como esse que foi produzido.

Aliás, até estava vindo aqui para tribuna, como vim na realidade, para falar desse viés direitista, anti-democrático, desses filhotes da ditadura, que estão no Palácio Iguaçu, estão aqui, na Prefeitura Municipal, são os saudosistas do tempo em que a imprensa era garroteada, quando era proibido falarmos a respeito de muitos assuntos, que a ditadura militar elencava para que eles não

pudessem ser submetidos ao crivo, análise do povo brasileiro.

Quero dizer então, senhor Presidente, finalizando o meu pronunciamento, que não podemos nos esquecer daquilo que temos que fazer nesta quinta-feira, na sexta, no sábado, no domingo, na segunda-feira: quando o povo do Paraná, através de milhares de assinaturas que foram coletadas em todo o Estado, se fará presente aqui na Assembléia Legislativa, para dar entrada no projeto de iniciativa popular.

Tenho fundadas esperanças de que esse levantar de todo o povo do Paraná, possa ser estendido e apoiado, não só por nós que estamos nessa batalha há tanto tempo, mas por tantos outros Deputados, que esperamos, sinceramente, que se somem às manifestações da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, que já se pronunciou contra a venda a Copel.

Agora, a Associação Comercial do Paraná, os economistas, os engenheiros, os advogados, a OAB, tantas e tantas organizações já se manifestaram contra a venda do principal ativo que o Paraná ainda detém nas suas mãos.

É para essa luta final, que nós estamos chamando a atenção da Assembléia Legislativa, para que tenha compreensão no apoio que nós necessitamos, para aprovação do projeto de iniciativa popular.

Aliás, que foi através do Governo tentado a não vir a esta Casa, em uma manobra anti-democrática.

E só foi a presença popular, só foi a organização popular que fez com que esse projeto fosse até o momento, sobrestado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado Algaci tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados. Venho na tribuna, nesta manhã de quinta-feira, para dizer aos senhores parlamentares que não tiveram a oportunidade ontem de nos acompanhar no momento importante em que nós vivemos, e que antecede a presença aqui na segunda-feira, da marcha pela não privatização da Copel.

Deputado Luiz Carlos Zuk, ontem ao final da tarde, Deputado Orlando Pessuti, Deputado Marcos Isfer, Deputado Augustinho Zucchi, Deputado Nereu Moura, Deputado Cesar Silvestre, Deputado Waldyr Pugliesi, Deputada Luciana Rafagnin, Deputado Strapasson, Deputado Ângelo Vanhoni, e nós, estivemos, repentinamente, na “Boca Maldita”, no final da tarde.

E olha, sem nada preparado, tudo improvisado acabamos fazendo um comício repentino, fazendo uma panfletagem, abordando centenas e centenas de pessoas, e que adesão maravilhosa, pudemos sentir ontem!

Tenho percorrido Curitiba nesses últimos dias, levando esta mensagem, veículos dos Sindicatos estão aí percorrendo as ruas de Curitiba, manifestando apoio-

mento dos deputados, dos 24 parlamentares que são contrários à privatização da Copel.

A cidade de Curitiba, a Região Metropolitana, vivem um momento essencialmente democrático, onde essas pessoas se manifestam e hipotecam solidariedade àqueles parlamentares que realmente não desejam a privatização e a venda da Copel.

Foi realmente extraordinária a manifestação de apreço e de respeito que nós parlamentares recebemos ontem, com a presença do Presidente do Fórum, ex-Deputado Nilton Friederich, na “Boca Maldita”.

E isto nos entusiasma, isto nos enche de coragem e de ânimo, de continuarmos nesta busca da conscientização, alguns parlamentares que pudessem ainda vir a somar com os 24 que são contra a privatização.

Nestas últimas horas um fato histórico no Paraná, e esta Casa tem que registrar, senhor presidente.

Histórico, porque quem ocupa a presidência neste momento é um deputado do PT, Deputado Hermes Fonseca.

Histórico, quando a Associação Comercial do Paraná, uma entidade que é formada por pessoas, por empresários, comerciantes que são muito mais ligados à área das privatizações, do que às não privatizações.

A Associação Comercial do Paraná ontem tomou uma decisão histórica, através dos seus associados, quando 70% deles votou contra a privatização da Copel.

E o jornal “A Folha do Paraná”, na sua edição de hoje, registra este fato.

(Lê):

“O não da ACP à venda da Copel

Em histórica decisão, consubstanciada em manifesto que está sendo publicado hoje nos jornais da Associação Comercial do Paraná (ACP) alia-se na defesa dos interesses da sociedade paranaense e propõe a suspensão do processo de privatização da Copel. A posição da ACP tem o peso da opinião de 70% dos seus 8 mil associados, que vieram sendo consultados ao longo dos últimos seis meses, através de múltiplas formas, compreendendo debates com segmentos envolvidos no processo de privatização, como os governos do Paraná, São Paulo, Minas Gerais e a esfera federal, ex-governadores, partidos políticos, sindicatos e especialistas em energia elétrica. O resultado final foi o consenso contra a venda da empresa.

A posição da Associação Comercial do Paraná, cujos associados são pequenos e grandes empresários - consumidores de considerável fatia do volume energético - é um vigoroso alerta contra a obstinada vontade do governo estadual de desfazer-se da companhia estatal de energia elétrica. A Copel é uma empresa que é exemplo de desempenho e eficiência e está no ponto de maturidade que lhe permite lucro, projetos de expansão e melhoria de qualidade.

A ACP ressalta a história da Copel e o padrão de qualidade que a empresa alcançou nas áreas de pesquisa, engenharia, informática, resultado da visão privilegiada de governantes do passado, como Ney Braga, que aliou

geração de energia com o crescimento e o desenvolvimento do Paraná nos setores agrícola e industrial. Demonstra a ACP, em seu manifesto, que a Copel geradora de 6% de toda a energia elétrica consumida no País, ao contrário das estatais energéticas privatizadas em 22 Estados - não é apenas distribuidora ou transmissora de energia mas atende diretamente a 2,8 milhões de consumidores e conta com um parque gerador próprio de 18 usinas, aptas a produzir energia elétrica para os próximos 30 anos, a custo baixo.

A decisão da Associação Comercial, tornada pública em momento oportuno, pede “a imediata suspensão do processo de privatização da Copel”, num momento em que a demanda de energia se transforma no maior desafio para o governo federal, para os governos estaduais, para a economia brasileira e para a população em geral.

A ACP assume a sensatez de uma entidade de sua tradição e de seu porte ao conclamar que a Copel permaneça em mãos de paranaenses e que vendê-la, neste momento, sob o argumento da cotação alta que possa alcançar, “e como especular com o patrimônio familiar e “transformar energia elétrica em mercadoria”. A associação sugere que a necessidade de obtenção de recursos para compor o Fundo de Previdência do Estado e recuperar o equilíbrio financeiro dos cofres públicos, dentro das determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) - justificativas do Governo Estadual para a privatização da Copel a curto prazo - poderia ser realizada com a venda da participação acionária que a empresa mantém em empresas não vinculadas diretamente à produção de energia.

O manifesto da ACP é mais um aviso aos deputados que representam o povo na Assembléia Legislativa e a quem cabe revogar a lei vigente que permite a venda da Copel; um aviso de que eles conhecem a posição da população, e contrariá-la será uma traição e a abertura de caminhos para suspeições, colocando-se na berlinda perante seus eleitores. Não bastasse a manifestação popular - contrária à privatização e sobejamente conhecida dos parlamentares - a posição da Associação Comercial do Paraná consolida o movimento dos paranaenses contra o propósito governamental de entregar sua estratégica companhia de eletricidade a mão estranhas”.

E vai além, e vai além este editorial da Folha do Paraná mostrando a importância neste momento da somatória da Associação Comercial do Paraná a esta iniciativa tomada corajosamente por nós, parlamentares desta Casa, pela sociedade organizada, aí estão, o fórum já conseguiu arrecadar mais de 85 mil assinaturas que serão entregues segunda-feira ao presidente desta Casa, Deputado Hermas Brandão.

Por isso, senhores parlamentares, é que nós estamos movidos pela consciência tranqüila, pela responsabilidade, pelo amor ao Paraná, pelo respeito à empresa Copel, de que estamos no caminho certo, Deputado Zuk, Deputado Waldyr, Deputado Strapasson, Deputado Pes-

suti, Deputado Augustinho Zucchi, Deputado Braz Palma, estamos movidos pela consciência tranqüila de que o povo do Paraná, mais do que nunca, está consciente de que a venda da Copel, o se desfazer de uma empresa de extraordinário alcance social, energético, produtivo deste País, é realmente um retrocesso que comete o Governador Jaime Lerner.

Por isso, senhores parlamentares, é que nós, na segunda-feira, aliás amanhã, voltaremos às ruas novamente, hoje, ainda, à noite, amanhã, sábado pela manhã, domingo pela manhã e segunda-feira, temos certeza, à frente desta Casa, à frente do palácio, nós teremos certamente mais de 10 a 20 mil pessoas que aqui virão de todas as partes deste Paraná, imbuídas do sentido democrático e acima de tudo patriótico por este Estado, de não permitir que o governador Jaime Lerner se desfaça da nossa Copel.

Quero, só para encerrar, senhor presidente, pedindo a sua benevolência para atender o Deputado Marcos Isfer, que ontem também nos acompanhou nesta caminhada histórica pedindo a não privatização da Copel.

O Sr. Marcos Isfer

Agradeço o aparte, Deputado Algaci, para ressaltar a importância desta manifestação da Associação Comercial do Paraná, como Vossa Excelência já o fez. Um dos momentos mais importantes essas entidades que congrega, como disse bem Vossa Excelência, pequenos, médios, grandes empresários, mas principalmente é a grande massa crítica do empresariado paranaense, nós sabemos disto, representada através da Associação, vem dizer o público a sua opinião a respeito da privatização da Copel. Vem negar apoio ao governo para esta venda, condenando, neste momento, entendendo a importância estratégica, estrutural de a Copel permanecer em mãos do governo para que possa continuar a desenvolver o Estado do Paraná.

Então, eu gostaria que isto ficasse para todos os deputados desta Casa muito claro que quando nós temos, não são partidos políticos, não são pessoas que tenham qualquer tipo de ideologia contrária à privatização, muito pelo contrário, é a massa crítica do Paraná falando através da Associação Comercial, dizendo que o Estado do Paraná, ainda mais neste momento de apagão de Fernando Henrique, não pode, em hipótese alguma, se desfazer da “jóia da coroa” da maior empresa que nós possuímos no Paraná, no setor estratégico.

Então, acho que tem que ficar muito claro a importância disso, e isso demonstra, deputado Algaci, que Vossa Excelência como nós, e outros deputados com base aqui em Curitiba e região metropolitana, aonde a Associação Comercial tem um peso muito importante, que nós realmente estamos do lado correto e pedir aos deputados que não têm opinião formada, que venham se somar.

Eu dizia outro dia que apenas três deputados podem fazer a diferença desta Casa, podem fazer a diferença da história do Paraná.

O SR. ALGACI TULIO

É verdade. Muito obrigado, deputado Marcos Isfer.

E para completar, dizendo que esperamos também uma manifestação da FIEP, da Federação das Indústrias do Paraná, que também tome uma posição, porque a Ordem dos Advogados do Brasil, o Crea, enfim, todas as entidades desta cidade, deste Paraná, já se manifestaram publicamente favoráveis à não venda da Copel. Esperamos que a FIEP também, nessas próximas horas, tome uma decisão, quem sabe agora movida por este espírito democrático e não privatizante da Associação Comercial, também a FIEP tome este mesmo caminho.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Quero apenas fazer coro às palavras do deputado Algaci Tulio.

Nesse processo da Copel, até agora não ouvimos ainda a Federação das Indústrias do Paraná; estamos aguardando. Evidentemente, acho que não é bom apenas dizer que temos 24 deputados, porque na nossa ótica, ninguém vai resistir àquela população pedindo não à venda da Copel, e com certeza, segunda-feira, dia 11, alcançaremos facilmente o número de deputados contra a venda da Copel.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente.
Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Quero neste momento, fazer um registro aqui na Casa, porque certamente nas próximas semanas deveremos reunir o Bloco Parlamentar Agropecuário, a Comissão de Agricultura para discutirmos esta questão.

O jornal Folha do Paraná, traz hoje um artigo do engenheiro Agrônomo Ágide Meneghetti, presidente da Federação Paranaense da Agricultura do Paraná, que diz o seguinte: “Governadores querem assaltar sojicultores. Um conluio de governadores tenta novamente revogar a Lei Kandir, que retirou a tributação nas exportações de soja e de outros produtos primários e semi-elaborados.” Aí ele prossegue na análise que faz, nas afirmações e mais adiante diz: “A justificativa dos governadores não resiste a uma simples análise. A primeira delas se refere às medidas protecionistas de países importadores de óleo como a Índia, que taxa as importações em 27.5; a China, cuja alíquota é de 112%; além de embarços utilizados por Japão, Estados Unidos e União Européia.” Vai mais adiante fazendo a sua análise, e lá na frente diz: “Se o governo tributar a exportação de soja, fatalmente os preços do soja cairão na mesma proporção, isto é, esses governadores querem fazer caixa à custa de uma redução dos preços pagos aos agricultores brasileiros, portanto, querem retirar renda do campo.”

Quero dizer que, há alguns anos atrás, quando se discutia a Lei Kandir, todos nós nesta Casa nos solidarizamos ao trabalho dos deputados federais e senadores -

para que esta lei fosse aprovada, porque ela retirava justamente um imposto das exportações de soja, ou seja, não só de soja, mas dos produtos agropecuários na sua forma natural e dos produtos semi-elaborados, tipo óleo de soja bruto, tipo farelo de soja.

E agora, estamos nos apercebendo e não é apenas essa manifestação do doutor Ágide Meneghetti, mas das andanças que temos feito pelo Brasil, temos nos apercebido disso, que alguns governadores, e até mesmo alguns parlamentares - que não têm no setor primário, como nós, uma fonte especial de renda - estão se mobilizando para modificar e tentar de novo tributar os produtos agropecuários primários e semi-elaborados à exportação.

Faço, então, esse registro para que possamos fazer uma reflexão sobre este assunto.

Quero manifestar o meu contentamento pela postura adotada pela Associação Comercial do Paraná. Não é uma postura irresponsável, precipitada, é uma postura amadurecida ao longo dos meses de janeiro, fevereiro, março, abril e maio, em que a Associação Comercial do Paraná reuniu expressões nacional, na área da energia. Trouxe aqui pessoas com conhecimento bastante aprofundado: o ex-presidente Itamar Franco, o pessoal da Cemig, o pessoal de Furnas, o pessoal de São Paulo, que comandou o processo de privatização, amadureceu a discussão ouvindo técnicos paranaenses e de outros estados e concluiu que não é o momento para privatizar a Copel, não é o momento para o Paraná perder esta empresa.

Então, que se registre o contentamento, não só meu, mas tenho certeza, de todos aqueles que estão empenhados nessa luta contra a venda da Copel, pelo posicionamento da Associação Comercial do Paraná.

Ficamos, a exemplo do deputado Neivo Beraldin, no aguardo do pronunciamento que está construindo também de forma madura, de forma bastante democrática, a Federação das Indústrias do Paraná, para que ela também se manifeste a respeito disso.

Eram essas as considerações, senhor presidente, que pretendíamos fazer hoje. Voltarei a outros assuntos na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Fonseca)

Aparte ao deputado Divanir Braz Palma.

O Sr. Divanir Braz Palma

Senhor presidente, nobres pares. Também quero fazer coro à observação inteligente do deputado Orlando Pessuti, que chama a atenção para este artigo escrito pelo presidente da FAEP, Ágide Meneghetti, denunciando uma manobra que está no nascedouro, para que se retire os efeitos da Lei Kandir. Nós que vivemos numa base em que a atividade principal é a agricultura, sabemos das dificuldades que o agricultor enfrenta para tirar da terra o seu sustento.

Esse pequeno incentivo, digo pequeno porque a agricultura do Paraná, do Brasil, com relação à européia ou à americana, praticamente não tem incentivos, não

tem vantagens, é uma atividade de altíssimo risco, que conta com a sorte, com a ajuda de Deus e com o trabalho dos seus agricultores.

Mas, a Lei Kandir veio trazer um pequeno incentivo que é a retirada do ICMS dos produtos agrícolas exportados e, agora corremos o risco de perder esse incentivo.

Espero que quem está por trás desse empreendimento pense melhor, porque na verdade os incentivos havidos pelos agricultores, na realidade lhes dão condições de competitividade lá fora, e acima de tudo o ICMS que não é tributado nos grãos, é repassado para as compras efetivadas pelos agricultores, que depois com o resultado da colheita vão comprar implementos agrícolas, insumos, propriedades e veículos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Fonseca**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

Com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da senhora deputada Serafina Carrilho, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuídos aos senhores deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 179/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que torna obrigatória a realização de exame de surdez em crianças nascidas em hospitais públicos e instituições hospitalares que recebam verbas públicas do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ.

Vamos proceder à votação inversa, pelo fato de o Parecer da CCJ ser contrário à Emenda. Os deputados que rejeitam, queriam levantar-se.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Se o senhor encaminhou que os deputados que rejeitavam deveriam se manifestar, como ninguém se manifestou, entendo que a Emenda está **aprovada**. Obviamente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Fonseca**)

Obrigado pela observação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA E MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 179/2000

P A R E C E R :

Trata-se de Emenda Supressiva e Modificativa apresentada pelo deputado Durval Amaral em plenário ao Projeto de Lei nº 179/2000, que altera a sumula e o artigo 1º deste projeto de lei, bem como suprime a expressão revogadas as disposições em contrário.

Chamada esta relatoria a se pronunciar sobre a legalidade constitucionalidade e técnica legislativa deste projeto de lei, nosso parecer é contrário.

Sala das Comissões, em 29.05.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

Apoioamento:

Duílio Genari, Antonio Carlos Belinati, Marcos Isfer, Algaci Tulio, Orlando Pessuti, Sérgio Spada.

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 102/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera o artigo 13, da Lei nº 11362, de 12 de abril de 1996, mantidos os seus atuais parágrafos. Fundo estadual de assistência social. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. EMENDA. **Aprovada.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 267/2000, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Guairacá, com sede e foro no município de Guairacá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 053/2001, de autoria do deputado Edson Strapasson, que declara de Utilidade Pública o Centro de Apoio Social, com sede e foro no município de Curitiba - PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 097/2001, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Evangélica de Moradores do município de Quitandinha-PR. COM PARECER FAVO-

RÁVEL DA CCJ. COM EMENDA FAVORÁVEL DA CCJ. Emenda: **Aprovada.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n 006/2000, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a criar o Núcleo Regional das Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho com sede em Dois Vizinhos. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CDH. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 168/2000, de autoria do deputado Antonio Baratter, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais proíbe as operações de telefonia fixa, de cobrarem os serviços de valor adicionado e DDI sobretarifado, nas contas telefônicas do Estado do Paraná, sem que haja prévio e expresso assentimento do titular da linha e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CO.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 168/2000.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 338/2000, de autoria do deputado Edson Strapasson, que autoriza o Poder Executivo a criar o Batalhão Metropolitano Norte da Polícia Militar, sediado na cidade de Colombo-PR. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e SP. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 396/2000, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito - Ciretran, no município de Marilândia do Sul. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e SP. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 425/2000, de autoria do deputado Neivo Beraldin, que torna obrigatório, através da Secretaria de Estado da Educação a inclusão no currículo escolar da disciplina de educação ambiental em todas as escolas públicas do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CE. COM EMENDA FAVORÁVEL DA CCJ. Emenda. **Aprovada.**

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Eu gostaria de saber o conteúdo da Emenda.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito à 1ª secretária que proceda à leitura da Emenda.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Luciana Rafagnin**)
(**Lê Emenda**)

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Gostaria, então de salientar à Casa de que o nosso projeto obrigava o ensino ambiental na escola pública. E agora, com a emenda da CCJ ele passa a autorizar o Executivo a proceder assim.

Então, esta foi a diferença da emenda.

Muito obrigado e cumprimento os deputados por terem aprovado mais esta iniciativa importante.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 016/2001, de autoria da Comissão de Tomada de Contas - ex-proposição nº 038/2001. Aprova a prestação de contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, exercício financeiro de 2000. COM PARECER FAVORÁVEL DA CT. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 167/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera o artigo 1º da Lei nº 12965, de 26 de outubro de 2000, que declarou de Utilidade Pública a Escola de Educação Especial Nova Esperança. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 053/2001, de 08.05.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 167/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo alterar o Ar. 1º da Lei nº 12.965, de 26 de outubro de 2000, que declarou de Utilidade Pública a Escola de Educação Especial Nova Esperança.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade da matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 29.05.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 181/2000, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Moradores das Vilas São José e Monte Castelo, com sede e foro no município

de Ivaiporã-PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 070/2000, de 05.06.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 181/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Orlando Pessuti, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação das Vilas São José e Monte Castelo, com sede e foro no município de Ivaiporã-PR.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 29.05.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI- Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 183/2000, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a União das Associações de Ivaiporã- Unai. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 070/2000, de 05.06.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 183/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Orlando Pessuti, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a União das Associações de Ivaiporã- Unai.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 29.05.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MARCOS ISFER- Relator

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, requerimento nº 1814, de autoria do senhor deputado Custódio da Silva, constante do expediente. **Encerrada a discussão.**

Requerimentos nºs 1816 a 1818, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1820 e 1830, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1823 a 1829, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1831, de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1832, de autoria dos senhores deputados Plauto Miró Guimarães e Fernando Ribas Carli, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1808 a 1812, de autoria do senhor deputado Renato Gaúcho, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Requeiro verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Será feita a verificação de quórum. Ssolicito à 1ª Secretaria que proceda à chamada nominal dos senhores deputados.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (Luciana Rafagnin)

(Procede à chamada nominal dos senhores deputados).

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Vinte e quatro senhores deputados estão presentes. Não há quórum para deliberação, somente para a continuidade da sessão.

Com a palavra o deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, gostaria de comunicar à Casa que o presidente da CPI do Senado, o senador Mazarildo Cavalcante nos comunica que dentro de 30 dias aproximadamente, a CPI do Senado virá ao Paraná para investigar as ONG's e também, e evidentemente, na mesma rota, a Fundação O Boticário, visto que o Senado da República constituiu uma CPI para investigar esse assunto de compra de terras e, através dessas ONG's grupos americanos, ONG's americanas, estão comprando grande parte de nossas terras no Litoral do Paraná.

E nesse sentido, ainda pertinente, senhor presidente, com o presidente da Comissão de Meio Ambiente, encaminho à Mesa convocando o ex-secretário Hitoshi Nakamura, para que compareça no dia 21 à Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa, para explicar os investimentos que na sua época teria feito na Mata Atlântica do Estado do Paraná.

Esse requerimento está posto à Mesa. Evidentemente, como não haverá quórum, então já fica oficialmente, através do pronunciamento deste parlamentar, em nome da Comissão de Meio Ambiente, convocado o ex-secretário de Meio Ambiente do Estado do Paraná, para que no dia 21, às 14:00 horas, apareça na Comissão de Meio Ambiente, onde estamos elaborando um trabalho,

sobretudo, um trabalho mais democrático possível, ouvindo sempre todos os lados de uma forma bastante democrática, assim como aconteceu em relação a Adrianópolis, assim, como aconteceu em relação à Fundação O Boticário, assim como aconteceu com a Fundação SPVS que já realizamos duas reuniões públicas e estamos prontos para realizar a terceira, se preciso for.

Era isso, senhor presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não tenho mais oradores inscritos.

Quero comunicar aos senhores parlamentares que hoje nós teremos três eventos ainda, com a participação da nossa Assembléia, às 15:00 horas -Sessão Extraordinária de outorga de título de Cidadania Benemerita do Estado do Paraná à senhora Virgínia Leite- expedicionária e enfermeira, proposta pelo deputado Orlando Pessuti.

Às 16:00, horas teremos o lançamento do livro Rulito e o Anjo Fidelino, da historiadora Lídia F., no nosso espaço cultural.

E às 20:00 horas uma Sessão Solene em Dois Vizinhos, quando o nosso deputado Litro fará homenagem ao fundador daquele Município, importante empresário.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela ordem, deputado Augustinho Zucchi, digníssimo representante de Pato Branco e do Sudoeste do Paraná.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente, eu gostaria de solicitar a Vossa Excelência que me inscrevesse para o Pequeno Expediente de segunda-feira, por favor.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vossa Excelência está inscrito.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Obrigado.

O SR. NEIVO BERALDIN

Inscriva-me, também, no Grande Expediente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Neivo Beraldin está inscrito no Grande Expediente de terça-feira, porque segunda-feira já está preenchido.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 11, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos projetos de Lei nºs 390/99 e 635/99.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 179/2000, 425/2000 e 097/2001.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 144/99, 207/99, 004, 106, 181, 183/2000, 022 e 167/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 265, 383/99, 065, 162, 204, 239, 281, 402, 428/00, 010, 045, 070/2001 e do Projeto de Lei Complementar nº 025/2000.

Levanta-se a sessão.